



WEBINÁRIO

20 DE OUTUBRO

**O que é financiamento externo
e o sublimite ambiental
e climático?**

Aspectos Gerais do Financiamento Externo

Dilso Marvell Marques

*Subsecretário de Financiamento Externo Substituto
SEAID/MPO*

FINANCIAMENTO EXTERNO

Financiamento externo é a obtenção de recursos financeiros de fontes fora do país.

Em geral, trata-se de contratação de empréstimo com organismos internacionais de financiamento como AFD, BID, CAF, Fonplata, Jica, KfW, NDB e Banco Mundial.

Municípios possuem pouca margem no orçamento para novos investimentos – financiamento externo aumenta o volume de recursos da despesa discricionária.



FINANCIAMENTO EXTERNO NA COP-30

WEBINÁRIO

Trata-se de financiamento para projetos estruturantes, voltados ao desenvolvimento, não para gastos e despesas correntes dos entes públicos.

ÁREAS DE ATUAÇÃO:

- *Infraestrutura*
- *Desenvolvimento Social*
- *Sustentabilidade Ambiental*
- *Modernização do Estado*

entre outras

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ECONOMIA

Cofix aprova preparação de 12 projetos, que somam US\$ 2,6 bilhões, na primeira reunião do ano

Demanda de entes subnacionais chegou a US\$ 4,6 bilhões para US\$ 1 bilhão de limite

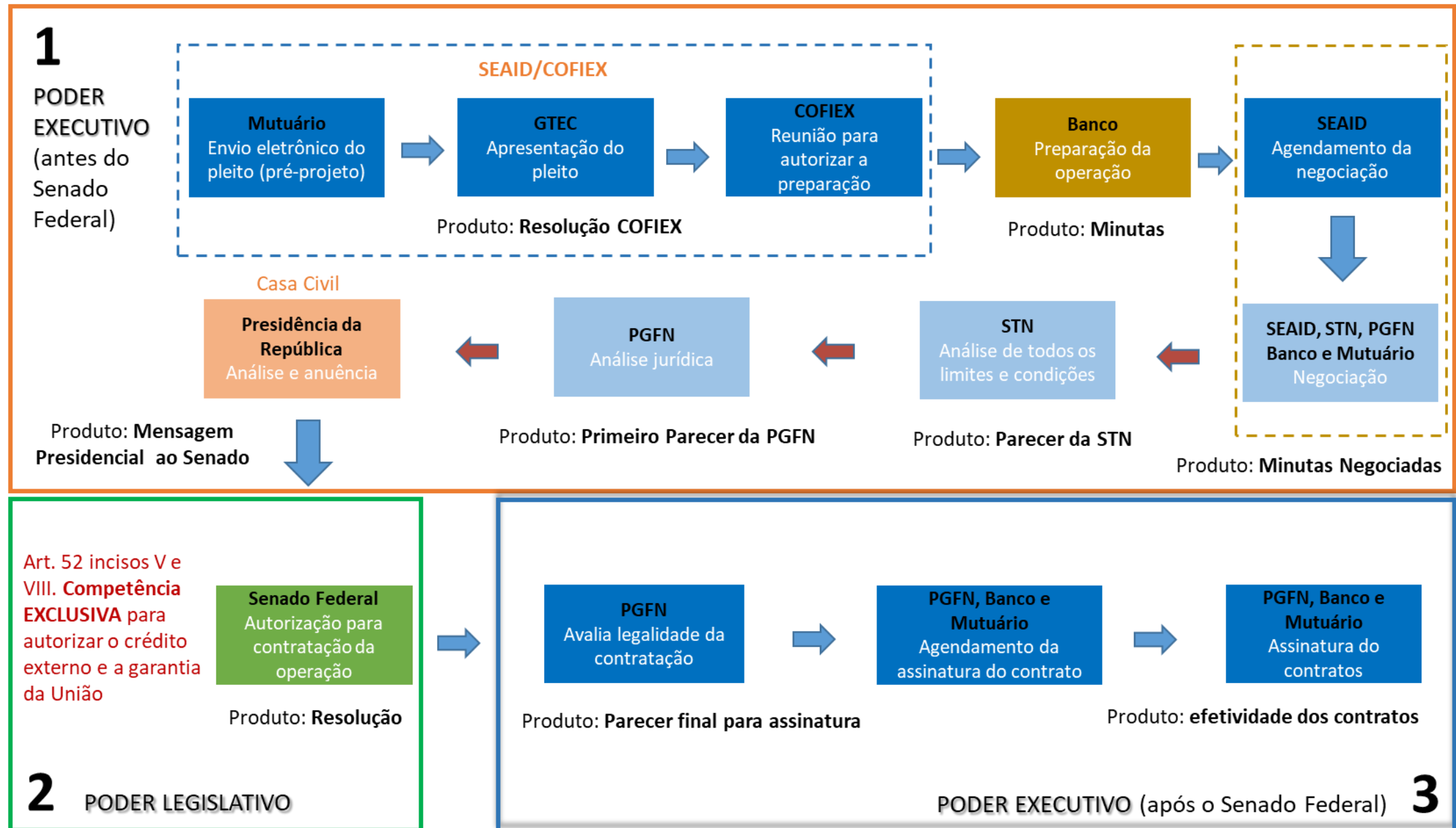


14/03/2024 18:36



A Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) realizou nesta quinta-feira (14/03) sua primeira reunião do ano. A 172ª reunião da Comissão aprovou a preparação de 12 programas e projetos financiados com recursos externos e com garantia da União, totalizando cerca de US\$ 2,6 bilhões em investimentos de Estados e municípios e da União. Deste total, nove são de entes subnacionais (Estados, municípios e suas empresas públicas, autarquias ou fundações) e três são de empresas públicas federais.

FLUXOGRAMA DE FINANCIAMENTO EXTERNO



FINANCIAMENTO EXTERNO

VANTAGENS



Taxas de juros mais baixas se comparadas a um financiamento doméstico.



Prazos mais longos para a amortização do valor contratado.



Apoio dos agentes financeiros na elaboração e na execução dos projetos.

Papel da Comissão de Financiamento Externo (Cofiex)

Mariana Cunha Eleutério Rodrigues

*Coordenadora-Geral de Modernização do Estado e da União
SEAID/MPO*

COFLEX

Instância colegiada integrante da estrutura organizacional do MPO

FUNÇÃO: examinar e autorizar a preparação de programas/projetos do setor público com apoio de fontes externas quando houver:

- Garantia da União; e
- Financiamento de Organismo Internacional ou de Agência Governamental Estrangeira

COFIEX

Composição

MPO

SE

SEAID

SEPLAN

SOF

MF

STN

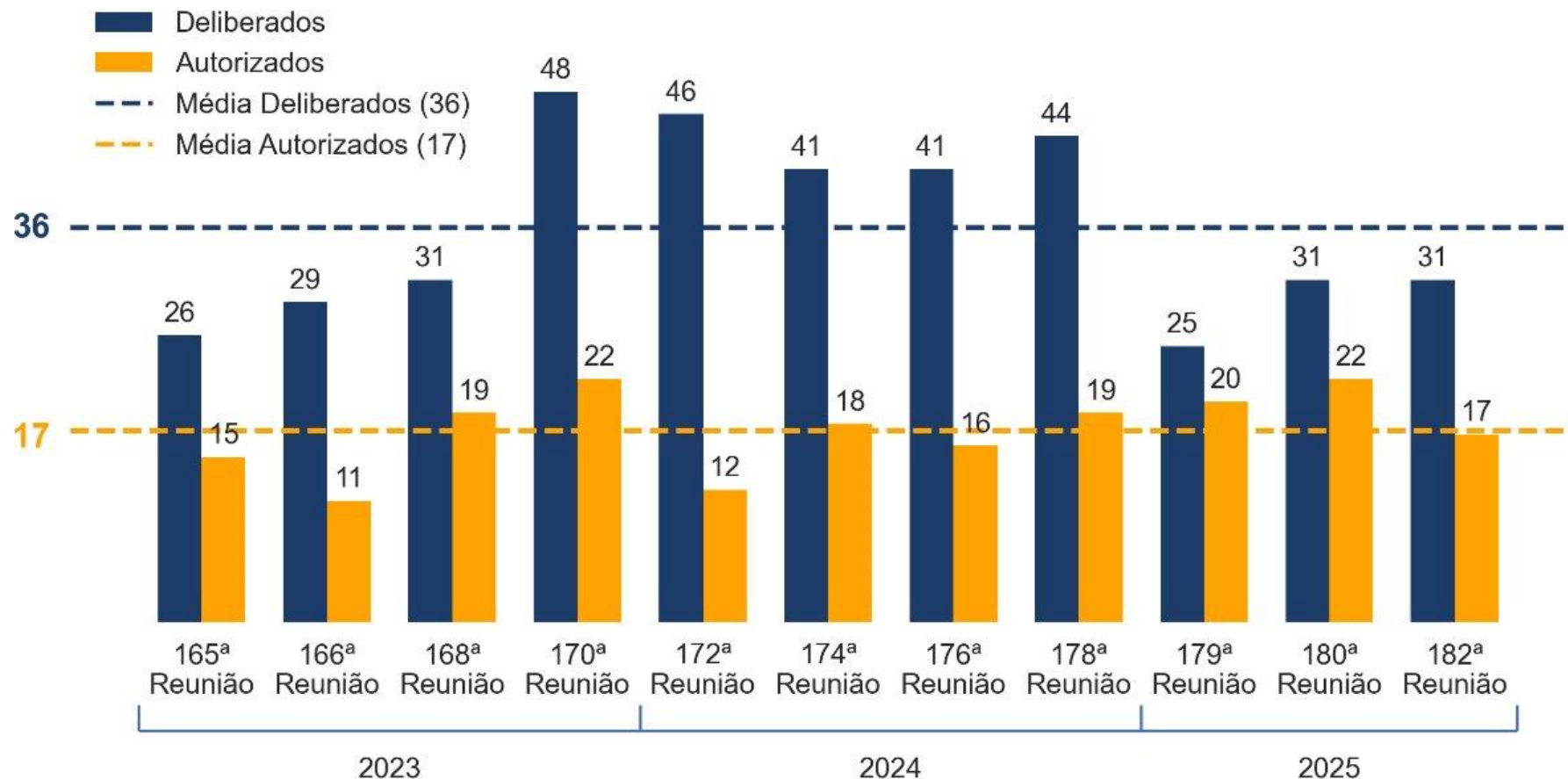
SAIN

SPE

MRE

SAEF

PROJETOS DELIBERADOS E APROVADOS DESDE A GESTÃO INICIADA EM 2023



PLEITOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

REQUISITOS

- **Quem pode acessar:** União, Estados, Municípios e Empresas Estatais
- **População:** superior a *80.000 habitantes (Fonte: IBGE)

* 50.000 habitantes: pleitos que atendam municípios em faixa de fronteira para fins de promoção da integração regional

- **Contrapartida:** pelo menos 20% do valor total do programa/projeto
- **Pleito:** apresentação de pré-projeto submetidos aos procedimentos de análise e avaliação estabelecidos pela Resolução Coflex nº 1 de 2024

PLEITOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

AVALIAÇÃO DE PLEITOS

SEAD/MPO

- **Análise Técnica:** Consistência do projeto (eliminatória)
- **Áreas Estratégicas PPA:** Impactos Econômico, Social e Ambiental (10 pontos)
- Índice de Desenvolvimento Humano – **IDH/PNUD** (2 pontos)

STN/MF

- ***Capacidade de pagamento** (2 pontos)
- **Trajetória de endividamento** (1 ponto)

SEPLAN/MPO e SOF/MPO (Pleitos Federais)

- **Enquadramento** nos programas previstos no **Plano Plurianual – PPA**
- **Observância de fontes de recursos vinculadas**

O que é o sublimite ambiental e climático?

Dayene Peixoto

*Coordenadora-Geral de Projetos Sociais e Sustentabilidade
SEAID/MPO*

AVANÇOS INSTITUCIONAIS NA PAUTA AMBIENTAL

Desde 2023, houve avanços significativos na qualificação da análise dos projetos:

- **Resolução nº 80/2023:** criação do sublimite ambiental e climático.
- **Portaria MPO-SEAID nº 220/2024:** dispõe sobre a apresentação de pleitos à Cofix cujos recursos sejam integralmente destinados a financiar objetivos ambientais ou climáticos.
- **Resolução Cofix nº 1/2024:** fortalece a análise técnica e estratégica dos projetos, incorporando os temas de diversidade, meio ambiente e mudança do clima como critérios centrais.

OBJETIVOS ALINHADOS À PAUTA AMBIENTAL

Prioridades da administração pública no Plano Plurianual 2024-2027:

- *Combate ao desmatamento;*
- *Enfrentamento à emergência climática;*
- *Saúde: atenção primária e especializada;*
- *Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda;*
- *Educação básica;*
- *Combate à fome e redução das desigualdades; e*
- *Novo Plano de Aceleração do Crescimento.*

Pleitos cujos recursos estejam integralmente direcionados a uma ou mais das prioridades acima receberão ponto adicional.

SUBLIMITE AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Dada a importância da pauta ambiental e climática, reforçada para o Governo Federal em iniciativas prioritárias como o PPA 2024-2027, a Cofix tem adotado medidas para fomentar a implementação de projetos voltados à sustentabilidade ambiental e à resiliência climática no setor público, **a exemplo das áreas estratégicas pontuadas nos pleitos.**

*Com esse propósito, foi estabelecido **sublimite específico** para garantir que uma parcela dos recursos externos disponíveis seja direcionada a ações vinculadas a **objetivos ambientais e climáticos.***

SUBLIMITE AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Resolução Normativa nº 1/2024, art. 25, inciso III

Sublimite específico, derivado do limite relativo ao inciso II (limite geral), disponível para projetos e programas de estados, Distrito Federal e municípios cujos recursos sejam integralmente destinados a financiar programas ou projetos ambientais ou climáticos.

Em 2025, o valor foi de US\$ 500.000.000
(dividido entre as quatro reuniões do ano)

SUBLIMITE AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Auxilia na transformação de áreas urbanas e rurais brasileiras, de forma a direcionar financiamento externo para o desenvolvimento econômico, social e sustentável de maneira mais efetiva.

O proponente deve manifestar de forma expressa no pleito a intenção em concorrer ao sublimite.

Para se enquadrar no **sublimite ambiental e climático**, o programa/projeto deverá estar integralmente destinado a atender a um ou mais dos seguintes objetivos, **devendo os componentes estarem em conformidade com os objetivos correspondentes**:

I - conservação, proteção e recuperação da biodiversidade, de ecossistemas e de biomas

II - prevenção e controle do desmatamento e incêndios florestais

III - proteção, conservação e uso sustentável de recursos hídricos e marinhos

IV - gestão e destinação adequada de resíduos

***V - prevenção, gestão e controle de substâncias perigosas
(prevenção e controle de poluição)***

VI - mitigação de emissões de gases de efeito estufa

VII - adaptação à mudança do clima

OPORTUNIDADES E CAMINHOS PRÁTICOS

- Realização de diagnóstico e monitoramento de resultados.
- Participação social.
- Assistência técnica.
- Integração intersetorial.

Agradecimentos

*Subsecretaria de Financiamento Externo – SUFIN
Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento – SEAID
Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO*